

III JORNADAS DE ESTUDO ACTAS

NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA



Publicações da Universidade do Porto

1996

Título: III Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia. Actas
Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO,
PORTUGAL. Telef. +351 2 6094462 Fax. +351 2 6098736
Publicações da Universidade do Porto
Nº: 3
Edição: 1ª
Localidade: Porto
País: Portugal
Mês: Maio
Ano: 1996
Nº de exemplares: 500
© 1996, Universidade do Porto e Centro de Estudos Norte de
Portugal - Aquitânia (CENPA)
Capa: Nazareth Rego
Revisão: Adelaide Gil (pelo CENPA)
Tratamento de imagem: Silvano Rego
Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro
Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto
Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda
Data: Outubro de 1996
Depósito Legal nº: 104029/96

- *Colecção de Trabalhos e Documentos do CENPA*, nº 10
- *Collection de la Maison des Pays Ibériques*, nº 61



Esta publicação foi impressa em papel reciclado

HOMENS E MERCADORIAS DO NORTE DE PORTUGAL NO BRASIL IMPLICAÇÕES MUTUAS

Eugénio dos Santos*

Relações muito estreitas entre o Norte de Portugal, sobretudo o Entre Douro e Minho e o Brasil, são uma constante da nossa História. Elas iniciaram-se logo no primeiro ano do sec. XVI e prolongam-se até... aos nossos dias!

Com efeito, quem redigiu a «certidão oficial do nascimento do Brasil» (Capistrano de Abreu), isto é, a famosa carta a D. Manuel, foi um cidadão do Porto. Pêro Vaz de Caminha assumia e resumia em si as características e virtudes do homem português do início de Quinhentos: humanista, atento ao outro, pragmático, cristão. A mentalidade que a famosíssima Carta reflecte resume as duas coordenadas maiores de toda a gesta dos descobrimentos e da expansão portuguesa. A nosso ver, elas estão traduzidas na resposta à pergunta que o índio de Calecute dirigiu a um dos companheiros de Vasco da Gama. «— O que vêm vocês cá fazer?» terá perguntado o asiático. E a resposta, seca e incisiva, foi: «cristãos e especiaria». Ora a carta de Caminha aponta a D. Manuel estes dois vectores essenciais, quanto ao Brasil: este parece ser uma terra onde a semente cristã se propagará sem obstáculos e, além disso, o solo parece fértil e rico. Pêro Vaz é bem um homem saído do norte de Portugal: observador, comunicativo, cioso dos seus valores e princípios, representante de uma cultura que se sente superior, mas tolerante. Eis as suas palavras: «Nela [na terra], ate agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem cousa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porem a terra em si e de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá». Ora ele apontou caminhos que outros mais tarde, alguns muito mais tarde, haveram de trilhar...

O Prof. Frederic Mauro, grande especialista da história económica do séc. XVI e óptimo conhecedor dos meandros da expansão portuguesa, afirmou recentemente que o fenómeno ultramarino português contrastou vivamente com o castelhano. Enquanto este usara e se submetera à lógica de imposição de uma monarquia universal, apoiada na submissão dos indígenas à religião católica, tornando-se, assim, sobretudo com Carlos V, um império de conquistadores, ao contrário, o português optou por uma estratégia comercial e evangelizadora. Por isso mesmo os lusitanos procuraram capturar e orientar a seu favor grandes fontes de riqueza, a saber:

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O ouro do Norte de África passou a ser desviado das rotas antigas e tradicionais para Marrocos, Mina, Portugal.

As especiarias do oriente desviaram-se da rota mais conhecida (Veneza) e vêm para Portugal (e Europa), através do Cabo da Boa Esperança, dobrado pelos portugueses.

Estes incrementaram também o tráfico negreiro internacional, já existente, mas fonte de grande rendimento.

Desviaram, sempre que possível, a rota tradicional da Prata de Potósi (Peru), de Lima e Portobello, para Tucuman, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lisboa (Alice Canabrava). Assim, os portugueses terão usado as técnicas comerciais para aumentar os seus recursos, uma vez que a guerra, sobretudo de corso, mercê do seu escasso número e poder, quase lhes estava vedada. Conosco ter-se-á estabelecido, sobretudo a partir do século XVII, uma verdadeira economia-mundial e, livre, agressiva, sem sujeição a qualquer autoridade supranacional.

Ora foi com estas coordenadas de acção que os portugueses se instalaram no Brasil, onde, ao longo do século XVI se dedicaram a algumas tarefas fundamentais:

- 1 – Reconhecimento, povoamento, aproveitamento e defesa da costa;
- 2 – Organização económica, social e administrativa;
- 3 – Extracção de produtos naturais e introdução de fontes novas de recursos (cana sacarina, gado, etc.);
- 4 – Evangelização e conquista espiritual dos índios, mestiços, brancos e negros.

Dois estruturas fundamentais se lançaram: o **governo geral** (1549 com Tomé de Sousa) e a criação de uma diocese no sul da América portuguesa – S. Salvador, em 1551. D. João III escrevia ao seu embaixador junto do Papa: «... *lhe direis da minha parte que lhe peço por merce que queira conceder o que pela dita informação lhe peço, por ser causa de muito serviço de Deus e para aumento e acrescentamento de nossa fe católica...*; e podeis lhe dizer que... *nenhuma outra coisa me move, salvo o serviço de Deus e bem do povo, que naquelas terras mora, e por me parecer que será causa de muita gente, que ao presente são gentios e idólatras, virem em conhecimento de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo e de nossa fe católica para poderem salvar suas almas...*» Os jesuítas haviam chegado com Tomé de Sousa (1549), dirigido por Manuel da Nóbrega.

A união das coroas teve evidentes reflexos nos domínios americanos: foi o período da formação territorial, ao menos das tentativas de definir soberanias americanas, em que avultou a acção dos bandeirantes. Quando Portugal readquiriu a sua independência, estalou, quase de imediato, a crise dinástica entre D. Afonso VI e D. Pedro. D. Pedro II, chegado ao poder, preocupou-se como ninguém com o Brasil. Portugal entrou mesmo na guerra da Sucessão de Espanha para poder defender as suas pretensões sul americanas: em 1680 fundou-se a Colónia do Sacramento (D. Manuel Lobo).

Foi, porém, com D. João V que o Brasil saltou para primeiro plano no contexto da vida pública nacional. Duas razões o explicam:

- 1 – O surgimento do ouro de mineração no interior, em quantidade...
- 2 – A necessidade de povoar uma vastidão imensa de terras, que o tratado de Utreque atribuiu a Portugal.

Desta última surgiram os incentivos reais à fixação de colonos, idos do continente ou ilhas. E se das ilhas a saída maciça de braços não causava problemas de maior, já o mesmo não sucedia relativamente ao continente. Ora o norte do país era, desde o início da nossa expansão, um autêntico viveiro de homens, empreendedores, prontos a partir, para a costa, ou para longe, à procura de melhores meios de vida. O atractivo de ouro deve ter-se feito sentir bem aqui, desde muito cedo. Com efeito, D. João V alarmado com a constante sangria humana continental, entendeu decretar o seguinte:

Não tendo sido bastantes as providencias que ate ao presente tenho dado nos decretos de 25/XI/1709 e 19/02/1711 para proibir que deste reino passe para as capitancias de Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da provincia do Minho, que sendo a mais povoada, se acha hoje em estado que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos povos..., ordeno...

O açúcar, primeiramente e o ouro, a seguir, eram uma miragem demasiado forte para muitos. Criaram-se laços de sangue, hábitos e comportamentos que se tornavam mais fortes do que a força dos decretos reais. O avultadíssimo número de palácios, casas ricas, de obras de monta que todo o norte conheceu ao longo dos séculos XVIII e XIX testam a sua ligação indiscutível ao Brasil, directa ou indirectamente. Esta matéria ainda não está devidamente estudada, mas começa a sê-lo... E alguns tópicos fundamentais é já possível enunciar. Retenhamos um aspecto primordial de toda a vida económico-social nortenha, nos finais da época Moderna e início da Contemporânea: milhares de homens e muitas dezenas, ou centenas, senão milhares de famílias viviam na dependência do que ia e do que vinha do Brasil. A esmagadora maioria

das informações perdeu-se, mas há ainda muitas, que nos ajudam a reconstituir os elos dessa enorme cadeia...

Centrarei a minha análise de hoje no século XVIII, uma época chave, em que esta região atingiu uma indiscutível prosperidade, personalidade, criatividade, traduzidas nas várias facetas da arte barroca, no urbanismo, no comércio, na indústria, na administração...

Situemo-nos no final dos anos 30 desta centúria. Instalemo-nos no Rio de Janeiro e vejamos o que lá se consome e aquilo que os donos dos seus recheados armazéns, chamados de secos e molhados, vendem para o interior do Brasil, a saber, Minas (incluindo Goiás e Mato Grosso), S. Paulo, Paraná, Rio Grande de S. Pedro, Colónia de Sacramento, Buenos Aires... Naus, patachos, colvetas, navios, em bando ou isolados, sulcavam constantemente as águas atlânticas nos dois sentidos. As suas cargas eram embarcadas em Lisboa ou no Porto, onde se reuniam os produtos de todo o país. Olhemos para os que iam do Entre Douro e Minho; sem sistematizar, correspondentes aos anos de 1739, 1740, 1741.

Do Porto:

Tecidos de todo o tipo:

Pano a retalho	Mantos de barbilho
Sedas	Galões de ouro e prata
Mantos de lustro	Lã
Estopas	Brins
Baetas	Bombazinas
Fustões	Chapéus (do Porto)
Linho em pano	Fios de vela
Colchões	Linhas de pesca
Meias	Rides
Barretes	Toalhas de mesa
Rendas	Toalhas de cambraia
Serafinas	Colchas
Veludos	Vestidos feitos de crepe

Géneros alimentares:

Vinho	Carne de porco
Aguardente	Presuntos
Vinagre	Unto
Biscoito	Azeitonas
Bacalhau	Salmão
Azeite	Chá (preto e verde)
Sardinha	Especiarias
Salsichão	Passas de Alicante

Utensílios:

Machados (vários tipos)	Tachos
Alavancas	Pratos de metal
Caixares	Panelas de cobre
Pregos (de todo o tipo: Caixares, Ripares, Soalhares)	Foices Martelos Limas
Dobradiças	Eixos (de cabrestos, de martelo)
Fechaduras	Compassos
Espingardas ou clavinas	Formões
Pistolas	Grouvas
Enxadas	Serras
Facas (Marinheiras, Estanho, com cabo de osso)	Facas de sapateiro

Diversos:

Munições	Imagens de santos
Alcatrão	Imagens de Cristo
Carneiras	Cordas
Cera	Resmas de papel
Fios	Pólvora
Botões	Aço
Formas	Ferro de Biscaia
Caixas encouradas	Linhas em meada, etc., etc.

De Vila Nova de Gaia:

Os mesmos produtos e mais:

Sapatos (de homem e mulher)	Peles
Painço (alqueires)	Calções
Cordovão	Xambres
Carneiras	Capotes

De Braga:

Enorme gama de produtos, principalmente:

Chapéus (Famosos): Homem, Moço, Rapaz	Candeias Tinteiros
Ferragens: Argolas Freios Fivelas Esporas Estribos Arestas Cravos Pregos Garupas Barrumas Silhas Pandeiros	Frascos Chupetas Caixas para tabaco Pavio Brocados de várias cores Crepes ingleses Veludos Vestias brancas Charel Copos ou bainhas de espada

Arcos de Vaidevez:

Linhos
Camisas
Estopa

Chaves:

Sedas lustrinas

Arrifana de Sousa (Penafiel):

Pano de linho	Tafetá – várias cores
Estopa	Druguete Rei

Guimarães:

Linhas: Ordinárias, Cambraia	Fustão
Toalhas de mesa e outras	Estopa
Lenços finos	Linho

Valongo:

Vestidos de veludo e véstia de galecé

Viana do Castelo:

Panos de linho	Estopa
Sedas	Freimalhos

Unhão:

Panos de linho

Estopa

S. João de Sernande:

Panos de linho fino

Estopa

Até D^a. Teresa Clara Rangel do convento de Monchique envia para o Rio, por sua conta e risco:

- . Camisas de pano de linho
- . Camisas de renda
- . Camisas de estopa

E a lista, tanto de mercadorias como de localidades onde elas são produzidas, vendidas, armazenadas e preparadas para exportar, está longe de ser completa...

O seu envio para o Brasil fazia-se de duas formas: por conta e risco do armazenista (bens industriais ou manufacturados) ou de produtor (vinho, azeite, carnes, etc.). Tudo era de sua conta: embalagem, transporte, qualidade. O produto da venda era-lhe devolvido, deduzida a comissão de armazenista. Mas este podia encomendar, por sua iniciativa, o que desejasse. E um dos maiores comerciantes cariocas era António Pinto de Miranda, cuja trajectória vamos começando a conhecer. Falaremos ainda dele. Por agora refiramos que, em 1746, chegaram ao Rio de Janeiro, por sua iniciativa barris com passas de Alicante, manteiga, amêndoa, aletria, farinha, linhas de Guimarães, ferro de biscaia, camisas de linho, arcos de ferro, tachos, fios de sapateiro, paios, queijos, cera lavrada, sardinha, cré, biscoito, azeitonas, baús, balanças para pesar ouro, cadeados, carneiras, camisas de bretanha, cobertores de Castela, camelões da Irlanda, chapéus, cambraias, espelhos com caixas de pau, ferros de engomar, lenços, ligas, meias de laia, meias de seda, couros de mascovia, munições sortidas, marroquins, demiagens, olandas cruas, resmas de papel, rusins, rendas de Malta, tafetás, veludos, verrumas, peneiras para vestidos, pratos de estanho, botões, candeias, enxadas, frasqueiras de aguardente, foices, fechaduras, machados, presuntos, ancoretas de azeite, bocetas de Coimbra para tabaco, chapéus de homem (do Porto, Braga, terra da Feira), tornos de cobre, tesouras (de costureira, barbeiro, alfaiate e sapateiro), vinho (tinto e branco), água da rainha da Hungria, bacias com jarros, alpista, canela, açafão, cravo da Índia, etc., etc.

Porém a lista ainda não terminou: é que ele vendia também escravos, uns idos de cá para o Brasil, outros encomendados por ele directamente em Angola ou na costa da Mina. Assim, em 1740 ele vendeu uma negra carregada (?) enviada de Viana do Castelo, por Tomás Cardoso Leão,

a Domingos Franc^o. Silva, por 128\$000. No mesmo ano foi-lhe enviado do Porto, por Ant3nio Rodrigues de Sousa, um negro gentio da Costa da Mina, chamado Ant3nio, que foi vendido no Rio de Janeiro por 142\$000. A seguir o mesmo comerciante vendia um moleque mandado vir de Angola por ele mesmo, por 64\$000. Em 1746/47 vendeu v3rios, da mesma proced3ncia (de uma vez s3, vendeu cinco, embora houvesse carregado seis, uma vez que um deles morreu — por 608\$000...)!

Como vemos, s3o mercadorias de todos os g3neros e desiguais valores que dinamizavam as economias das suas regi3es de origem, uma vez que eram vendidas a preç3s compensadores. E disso beneficiou larguissimamente o Entre Douro e Minho. No Porto se criaram ou fortaleceram casas, companhias, sociedades mercantis, vocacionadas para, atrav3s da barra, escoarem os produtos do seu *interland* abrangendo todo o Minho.

Para documentar esta faceta podemos recorrer a dois exemplos marcantes:

- 1 – A criaç3o e funcionamento da Real Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro;
- 2 – O neg3cio da Fam3lia Pinto de Miranda, cuja actividade pode ser considerada paradigm3tica.

Quanto 3 Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Sabemos que foi instituida em 1756. Por que raz3es?

3 que Portugal detinha um grande imp3rio em Setecentos o qual se alimentava, basicamente, das trocas dos seus produtos ultramarinos e metropolitanos com os do Norte da Europa. Ora neste com3rcio o Brasil detinha, como se sabe, um papel de relevo, absorvendo uma gama variad3ssima de produtos manufacturados metropolitanos e g3neros agr3colas de grande valor comercial, precedentes das mais variadas regi3es. Em contra partida remetia-nos ouro, prata, pesos argentinos ou peruanos, 3 mistura com tabaco, açúcares, couros, madeiras... Desta forma Portugal dinamizava o seu com3rcio, atrav3s das rotas atl3nticas, se misturavam homens, produtos, experi3ncias e t3cnicas entre a Europa continental, as ilhas atl3nticas, o continente sul americano, a 3frica, a 3ndia, Macau... Muitos dos barcos, que tocavam a costa brasileira, vinham ou partiam para Angola, para o 3ndico e Pac3fico.

Ora a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro inseria-se na din3mica das companhias comerciais coloniais: elas visavam o com3rcio, mas assentavam no fomento das regi3es em que se instalaram. Este 3ltimo e ainda hoje insuficientemente conhecido, no que concerne a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, embora saibamos que a rede vi3ria, a marinha, os meios de transporte, as t3cnicas de produç3o e com3rcio, o ensino, o urbanismo, as artes, etc., foram profundamente afectados (e melhorados) por ela, designadamente no

norte do país. A Companhia visava a defesa da qualidade do vinho do Douro para exportação, travando abusos sistemáticos, sobretudo dos comerciantes ingleses. Gozou, por isso de numerosos privilégios e isenções, como eram, por exemplo, o exclusivo do envio pela barra do Douro para as quatro capitanias brasileiras de Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro e S. Paulo, dos vinhos, aguardentes, vinagres, acompanhando-se de numerosos outros géneros produzidos na região.

No Brasil a repercussão da actuação da Real Companhia foi importantíssima. A correspondência dos seus administradores, tanto no Nordeste, como, sobretudo no Rio é disso uma prova cabal: activou as correntes comerciais com o interior, que só agora começava, em muitos aspectos, a ser verdadeiramente conhecido, “fixou” núcleos de povoamento em zonas, económica e socialmente estratégicas, animou circuitos e meios de transporte, captou recursos e mostrou a complementaridade sócio-económico-político-institucional entre a costa e o sertão, designadamente as chamadas “Minas”...

Para além disso, a troca de correspondência entre os administradores da Junta, com sede no Porto, os seus representantes e delegados espalhados por todo o território nacional e os administradores instalados no Brasil (Pernambuco-Baía-Rio de Janeiro) permite-nos perceber certas oscilações ou dificuldades da economia ou da política portuguesa, em momentos de grande tensão nacional e internacional. Um exemplo bem sugestivo é o da aplicação concreta do tratado de limites de 1750, já aqui hoje evocado... Ele foi denunciado em 1761. Porquê? Pombal era-lhe hostil, mas não apenas ele. Os comerciantes abastados e poderosos do Rio e do sul brasileiro também! Porquê? Por que ele se chocava com os seus interesses há muito instalados no estuário da Prata.

O funcionamento “normal” dos negócios da Companhia pôs problemas múltiplos, inclusive de ordem cultural e jurídica, a que era urgente dar respostas rápidas e adequadas. E ela actuou, de facto, esclarecendo, fazendo doutrina futura. E o caso dos juros e da usura, por exemplo.

Também o da preparação de “quadros” — os caixeiros, contabilistas, intérpretes das leis em publicação, etc. — mereceu a sua particular atenção.

O outro exemplo de trocas marcantes entre o Douro e Minho e o Brasil é o percurso que nos é sugerido pela família Pinto de Miranda. Ele é, a muitos títulos, paradigmático e bem pode ilustrar a mentalidade e os comportamentos de um tronco dessa floresta das famílias nortenhas portuguesas, que incarnavam as virtudes, as características (e também os defeitos...) da burguesia mercantil da Época Moderna. A nossa sociedade dos séculos XVII e XVIII e XIX nunca será convenientemente conhecida sem entrarmos na intimidade destes nossos antepassados, que por cá (e por lá) construíram casas, palácios, igrejas, patrocinaram

obras públicas, pertenceram a irmandades, confrarias, mandaram importar imagens de santos, decoraram com azulejos obras públicas e privadas...

Quem eram os Pinto de Miranda?

Originários de Cima Douro, "nossa província", onde se manterão suas irmãs Teresa e Joana, surgem, em 1739, dispersos, mas bem colocados. Os homens da família são três: Baltasar, o mais velho, João, ao que parece, o mais jovem e António.

De momento, sabe-se pouco acerca da trajectória individual de cada um. Eles surgem em 1739 e manter-se-ão em plena actividade até quase à década de 70.

De Baltasar sabemos que mantinha contactos, ao mais alto nível, com pessoas muito influentes, junto do Governo (e o caso, por exemplo, de Fr. João de Mansilha) e dirigia uma grande firma importadora/exportadora na cidade baixa de Lisboa. Era ele o "patrão" da actividade dessa célula da economia nacional do século XVIII.

António foi o principal administrador da Companhia da Agricultura no Rio de Janeiro e João viajava constantemente pelo interior brasileiro, sobretudo por Minas, donde enviava informações e directrizes para os negócios da família. De Bernardo não sabemos senão o nome. Mas a história desta família é complexa e exige atenção especial.

Ficará para ser contada noutra ocasião...